

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANESTES Seguros S/A, controlada pelo BANESTES S/A. - Banco do Estado do Espírito Santo, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de Danos e Pessoas.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 334/07, a qual introduziu modificações na classificação das contas do Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados. Em decorrência disso, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, anteriormente publicadas, foram reclassificadas com o objetivo de propiciar melhores condições de comparabilidade.

b. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e a provisão para perdas, quando aplicável.

Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

c. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para contingências, dentre outros.

A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

d. Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pelo CNSP e pela SUSEP.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em mantê-los até o seu vencimento ou negociá-los antes dessa data.

Os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquidos dos efeitos tributários.

Os títulos integrantes da categoria "Mantidos até o vencimento" e "Disponíveis para venda" são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com seu vencimento.

e. Provisão para riscos de créditos

Constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos e prêmios vencidos, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

f. Operações de seguro de danos e pessoas

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

g. Ativo permanente

A participação societária no IRB está apresentada pelo valor de custo.

O ativo imobilizado e os imóveis destinados à renda estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo reavaliados em abril de 2004 e depreciados pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para edificações; 10% para móveis e utensílios; e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

O ativo diferido é demonstrado ao custo incorrido, menos amortização acumulada. É amortizado pelo método linear em até 5 (cinco) anos. A variação apresentada no ano de 2007 refere-se exclusivamente a amortizações.

h. Provisões técnicas

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Emitidos (PPNG/RVE) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição e calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão. A PPNG-RVNE é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) é fundamentada em método prospectivo e constituída quando constatada insuficiência do saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando as indenizações e as despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. A PIP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Companhia. Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Companhia. A PSL é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) para os seguros de danos e pessoas é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Companhia, sendo calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículo Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Administração do Convênio DPVAT.
- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) é constituída mensalmente, para garantir a complementação da PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, assumidos pela Companhia. A PCP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Administração do Convênio DPVAT.

i. Depósitos de terceiros

Compreendem os prêmios recebidos a baixar, no montante de R\$ 1.013 mil em 31 de dezembro de 2007.

j. Resultado das operações

- A apropriação dos prêmios de seguros e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, é efetuada de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são diferidos, sendo apropriados no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.
- O resultado de retrocessões decorrentes de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas e outras receitas e despesas é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..

k. Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS, PIS e CPMF

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	0,65%
COFINS.....	4,00%
ISS - até	5,00%
CPMF	0,38%

3. COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira por tipo de papel e vencimento:

Títulos disponíveis para venda:	Vencimento	Valor de Custo		Valor Mercado		Ajustes c/ Títulos e valores Mobiliários	
		2007	2006	2007	2006	2007	2006
CDB'S	2007	-	37.266	-	37.266	-	-
CDB'S	2008	3.162	-	3.162	-	-	-
Debêntures	2007	-	1.530	-	1.530	-	-
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2007	-	4.755	-	4.758	-	3
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2008	7.081	2.868	7.085	2.873	4	5
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2009	2.596	1.158	2.597	1.161	1	3
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2010	5.614	3.532	5.633	3.554	19	22
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2011	7.621	6.812	7.624	6.812	3	-
Fundos de Investimentos	Indeterminado	27.114	19.946	27.114	19.946	-	-
Títulos para negociação:							
CDB'S	2008	34.414	-	34.414	-	-	-
Total		87.602	77.867	87.629	77.900	27	33

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS FISCAIS
a. COFINS

- A Companhia possui registrado no realizável a longo prazo, com base em Medida Cautelar de Depósito, referente ao processo nº 2005.5001.0060126, o valor de R\$ 2.142 mil (R\$ 1.959 mil em 2006), referente à compensação do Finsocial com a Cofins feita em 1999, proveniente de valores do Finsocial, recolhidos com alíquota majorada de 0,5% até 2%, cuja provisão para contingência no mesmo valor foi constituída no 2º semestre de 2007.

b. CSLL

- A Companhia possui registrado no realizável a longo prazo, depósitos judiciais no montante de R\$ 599 mil, referente ao processo nº 2007.50.01.003869-5, efetuado em maio de 2007. O processo se refere à não-homologação de compensação efetuada com débitos da Contribuição Social no período compreendido entre janeiro e setembro de 2002. A Companhia ativou créditos oriundos da contabilização do Plano Verão, em 1996, resultando em crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social. A compensação desses créditos estendeu-se até 2001 para o Imposto de Renda e até setembro de 2002 para a CSLL. Em análise da compensação efetuada neste último período de 2002, entendeu a RFB que a Companhia teria 5 (cinco) anos para efetuar a compensação dos créditos, e esta teria ultrapassado o prazo prescricional. Entretanto, é unânime na jurisprudência pátria que o prazo para restituição e compensação é de 5 (cinco) anos a partir do pagamento indevido, acrescido de mais 5 (cinco) anos após a homologação tácita. Dessa forma, o prazo para compensação seria de 10 (dez) anos. A execução fiscal foi ajuizada pelo fisco, com a apresentação de embargos pela Companhia e a realização do depósito visando suspender a execução e a análise dos embargos apresentados nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, dispositivo afastado por ilegalidade e por inconstitucionalidade.

c. INSS

- A Companhia possui registrado no realizável a longo prazo, depósitos judiciais no montante de R\$ 3.609 mil, referente ao processo nº 2005.50.01010651-5. O processo se refere à defesa da autuação do INSS de cobrança de encargos de segurado-empregado de profissionais contratados para prestação de serviços, encargos sobre cursos de pós-graduação e abono único.

5. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para a garantia das provisões técnicas, a Companhia manteve os seguintes ativos:

	2007	2006
Provisões técnicas	(53.099)	(52.168)
Direitos creditórios	6.842	7.496
Depósitos judiciais	1.771	775
Provisões técnicas para garantia	(44.486)	(43.897)
Títulos de renda fixa - Privados	37.576	38.797
Títulos de renda fixa - Públicos	22.939	19.157
Fundos de investimentos	27.121	19.946
Imóveis	3.290	3.408
Total de ativos	90.926	81.308

6. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

	2007	2006
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG-RVE (*)	23.510	24.023
Auto	22.725	22.185
Pessoas	642	904
Outros	143	934
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG-RVNE (*)	1.299	1.878
Auto	1.142	1.523
Pessoas	148	206
Outros	9	149
Provisão de Insuficiência de Prêmios (*)	775	1.719
Auto	535	1.027
Pessoas	228	604
Outros	12	88
Sinistros a Liquidar (*)	21.942	12.634
Auto	7.667	7.749
DPVAT	9.690	-
Pessoas	3.678	4.288
Outros	907	597
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (*)	4.089	11.914
Auto	482	425
DPVAT	858	8.808
Pessoas	2.660	2.463
Outros	89	218
Provisão Complementar de Prêmios (*)	1.206	-
Auto	115	-
Pessoas	1.081	-
Outros	10	-
Provisão de Despesas Administrativas (*)	278	-
DPVAT	278	-
Despesas de Comercialização Diferidas	4.579	5.050
Auto	4.280	4.415
Pessoas	241	316
Outros	58	319

(*) Conforme notas explicativas 2.h) - Provisões Técnicas.

7. CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

As contingências ativas e passivas são constituídas mediante avaliação das probabilidades de perda efetuada pela assessoria jurídica da Companhia.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

As contingências passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como provável ou possível e seja mensurável, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento NPC nº 22 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Os valores referentes aos principais processos judiciais são compostos como se seguem:

a. Composição do saldo contábil:

	Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	
	2007	2006
Ações fiscais - PIS (I)	-	2.179
Ações fiscais - INSS (II)	1.224	383
Ações fiscais - COFINS (III)	2.142	-
Ações fiscais - PMV	55	-
Ações trabalhistas	57	219
Subtotal	3.478	2.781
Ações cíveis (IV)	164	-
Ações cíveis - Sinistro (V) (*)	9.374	4.974
Total	13.016	7.755

(*) Ações cíveis relacionadas a sinistros. A partir de 2007 passaram a ser contabilizadas as ações cíveis relativas ao seguro obrigatório DPVAT, com base nos valores informados pela Administração do Convênio DPVAT.

b. Movimentação do saldo contábil:

	Contingências fiscais e trabalhistas	
	2007	2006
Saldo inicial	2.781	2.485
Constituição	2.960	149
Atualização	145	147
Pagamentos/reversões	(2.408)	-
Saldo final	3.478	2.781

c. Natureza das Contingências:

A Companhia mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda; Contingências Cíveis (Sinistro) – limitadas à importância segurada e corrigida de acordo com as condições contratuais.

d. Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda:

	Quantidade	Fiscais	
		Valor estimado	Valor contabilizado
Possíveis.....	03	1.035	1.035
Remotas.....	02	2.386	2.386
	05	3.421	3.421
Trabalhistas			
	Quantidade	Valor	
		estimado	contabilizado
Prováveis.....	02	20	20
Possíveis.....	07	74	37
Remotas.....	19	5	-
	28	99	57
Cíveis			
	Quantidade	Valor	
		estimado	contabilizado
Prováveis.....	39	1.402	1.402
Possíveis.....	90	2.456	1.621
Remotas.....	98	933	778
	227	4.791	3.801
Cíveis (FENASEG)			
	Quantidade	Valor	
		estimado	contabilizado
	806	8.123	5.737
	806	8.123	5.737

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela Companhia é realizada exclusivamente pelos advogados responsáveis pelas causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação.

e. Detalhamento do evento contingente:**• Contingências Fiscais**

- (I) Programa de Integração Social – PIS - com fundamento em sentença favorável em 1ª Instância, proferida em maio de 1998, em ação judicial onde foi questionado o critério de apuração da base de cálculo do PIS, pleiteando o recolhimento pela Lei Complementar nº 07/70, a Companhia compensou o respectivo tributo em 2002, relativamente ao período de janeiro de 1989 a janeiro de 1995. O processo transitou em julgado em 14 de junho de 2007 e a Secretaria da Receita Federal homologou, em 23 de outubro de 2007, os valores compensados e declarados por meio da DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Federais. O valor do principal, atualizado monetariamente, no montante de R\$ 2.246 mil, foi revertido da conta de provisão para contingências fiscais no passivo, em contrapartida ao crédito tributário de igual valor registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (II) INSS - a Companhia ajuizou ação ordinária, tendo obtido liminar com depósito judicial atualizado monetariamente até a data destas demonstrações contábeis de R\$ 244 mil (R\$ 226 mil em 2006), objetivando que sejam reconhecidos seus respectivos créditos, oriundos das parcelas indevidamente recolhidas a título de contribuição previdenciária instituída pelo inciso I, artigo 3º, da Lei nº 7.787/89, incidentes sobre valores pagos ou creditados a autônomos e administradores.

A Companhia possui registrada a provisão para contingência de R\$ 963 mil, referente ao processo nº 2005.50.01010651-5 (NFLD'S 35.776.170-7, 35.776.224-0, 35.776.171-5) - defesa da autuação do INSS de cobrança de encargos de segurado-empregado de profissionais contratados para prestação de serviços, encargos sobre cursos de pós-graduação e abono único, com depósito judicial atualizado monetariamente até a data destas demonstrações contábeis de R\$ 3.609 mil (R\$ 3.285 mil em 2006).

(III) COFINS - a Companhia, com base em Medida Cautelar de Depósito nº 2005.5001.0060126, mantém registrado em dezembro de 2007 o valor de R\$ 2.142 mil (R\$ 1.959 mil em 2006), referente à compensação do Finsocial com a Cofins feita em 1999, proveniente de valores do Finsocial recolhidos com alíquota majorada de 0,5% até 2%.

- Contingências Cíveis

(IV) Referem-se à estimativa de perdas com ações cíveis não relacionadas a sinistros.

(V) Referem-se à estimativa global de perdas com ações relacionadas a sinistros decorrentes do curso normal das operações e para essas ações foram registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 1.771 mil (R\$ 776 mil em 2006).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social realizado está representado por 14.810.142.403 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, detentor de 99,71418%.

b. Composição das reservas

	2007	2006
Reservas de reavaliação	271	284
Reservas de lucros	4.598	11.439

9. AÇÕES EM TESOURARIA

Foi aprovado na AGE realizada em 30 de maio de 2007 o cancelamento de 397.730.903 (trezentas e noventa e sete milhões setecentas e trinta mil e novecentas e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tesouraria. O processo encontra-se em aprovação pela SUSEP.

10. DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

a. Dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95, a Companhia optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	8.023	11.472
Compensação de prejuízos acumulados.....	(1.212)	-
Reserva legal	(401)	(574)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	13	217
Base de cálculo de dividendos	6.423	11.115
Dividendo mínimo - 25%.....	1.606	2.779
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	2.193	3.023
Imposto de renda retido na fonte de juros sobre o capital próprio.....	(329)	(453)
Dividendos intermediários	33	227
Total de juros sobre o capital próprio e dividendos	1.897	2.797

b. Juros sobre o capital próprio

Contabilizados no exercício de 2007 no montante de R\$ 2.193 mil (3.023 mil em 2006), com retenção de 15% no valor de R\$ 329 mil (R\$ 453 mil em 2006), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do imposto de renda na fonte perfazem o montante de R\$ 1.864 mil (R\$ 2.570 mil em 2006), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme artigo 9º, da Lei nº 9.249/95.

Demonstrativo de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários referentes ao exercício de 2007:

Descrição	Data crédito/ Destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data pagamento
Juros sobre o Capital Próprio	31/01/2007	0,00001780	249	01/03/2007
Juros sobre o Capital Próprio	28/02/2007	0,00001780	249	02/04/2007
Juros sobre o Capital Próprio	30/03/2007	0,00001780	249	02/05/2007
Juros sobre o Capital Próprio	30/04/2007	0,00001715	241	01/06/2007
Juros sobre o Capital Próprio	31/05/2007	0,00001715	241	02/07/2007
Juros sobre o Capital Próprio	29/06/2007	0,00001625	241	01/08/2007
Dividendos	29/06/2007	0,00000224	33	10/09/2007
Juros sobre o Capital Próprio	31/07/2007	0,00001625	241	03/09/2007
Juros sobre o Capital Próprio	31/08/2007	0,00001625	241	01/10/2007
Juros sobre o Capital Próprio	28/09/2007	0,00001625	241	01/11/2007

11. PLANOS DE APOSENTADORIA - SEGURIDADE SOCIAL

A Banestes Seguros S.A., em conjunto com as demais empresas do Sistema Financeiro Banestes, oferecem um plano de previdência com contribuição definida para seus profissionais. A administração do plano é feita pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, pessoa jurídica sem fins lucrativos.

No exercício de 2007, as contribuições da Companhia, com o valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 7% do salário de participação), corresponderam a R\$189 mil (R\$ 168 mil em 2006).

12. PRÊMIOS, SINISTROS E COMISSÕES DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Grupos de Ramos	Prêmios Ganhos - PG		Sinistros Retidos / PG (%)		Comercialização / PG (%)	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
05-Automóvel	65.349	62.384	64,96	67,80	14,71	13,61
09-Pessoas (1)	26.609	27.444	47,03	44,80	16,31	17,26
01-Patrimonial (2)	1.426	1.477	36,69	57,35	30,73	27,96
Demais ramos	84	91	-	-	-	-
Total	93.468	91.396	59,46	60,73	15,39	14,92

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista.

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

13. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2007	2006
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.801)	(4.561)
Outras receitas operacionais	4.162	4.697
Recuperação de custos com emissão de apólices	2.951	2.952
Receitas com operações de seguros	1.211	1.745
Outras despesas operacionais	(8.963)	(9.258)
Despesas com cobrança	(1.448)	(1.046)
Despesas com inspeção de riscos	(1.355)	(1.483)
Despesas com cooperação técnica	(3.736)	(3.843)
Despesas com operações de seguros	(2.424)	(2.886)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.852)	(11.383)
Despesas com pessoal próprio	(7.179)	(6.103)
Despesas com serviços de terceiros	(1.117)	(2.713)
Despesas com localização e funcionamento	(1.664)	(2.228)
Despesas do Conv. DPVAT	(1.606)	-
Outras despesas administrativas	(286)	(339)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(5.216)	(2.892)
Despesas com COFINS	(4.488)	(2.304)
Despesas com PIS	(388)	(374)
Despesas com Taxa de Fiscalização da SUSEP	(186)	(168)
Outros tributos	(154)	(46)
RESULTADO FINANCEIRO	10.576	12.222
Receitas financeiras	12.830	14.594
Receitas com títulos de renda fixa - privados	4.218	4.719
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	2.509	4.796
Receitas com fundos de investimentos	2.997	1.538
Receitas com operações de seguros	1.885	1.995
Receitas com créditos tributários e depósitos judiciais	740	876
Outras receitas financeiras	481	670
Despesas financeiras	(2.254)	(2.372)
Despesas com operações de seguros	(1.352)	(1.526)
Despesas financeiras com tributos	(649)	(760)
Outras despesas financeiras	(253)	(86)

14. CONCILIAÇÃO DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2007		2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e participações	12.584	12.584	16.346	16.346
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(491)	(491)	(470)	(470)
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos	(2.193)	(2.193)	(3.023)	(3.023)
Base de cálculo	9.900	9.900	12.853	12.853
Adições/(exclusões) de caráter permanente	198	210	323	336
Adições/(exclusões) de caráter temporário	2.941	2.941	296	296
Lucro tributável antes das compensações	13.039	13.051	13.472	13.485
Base de cálculo após compensações	13.039	13.051	13.472	13.485
Alíquota normal (15% e 9% respectivamente)	1.956	1.175	2.021	1.214
Adicional de Imposto de Renda (10%)	1.280	-	1.323	-
Valores devidos	3.236	1.175	3.344	1.214
Outros valores	(267)	(74)	(111)	(43)
Valores registrados em despesa	2.969	1.101	3.233	1.171

15. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos tributários (Imposto de Renda e Contribuição Social) está representado por:

	31/12/2006	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2007
Provisões temporárias:				
Fiscais	-	-	163	163
Cíveis	-	-	56	56
Trabalhistas	-	-	19	19
Riscos de crédito	-	-	28	28
Créditos tributários:				
PIS	2.179	(2.179)	-	-
Total	2.179	(2.179)	266	266

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Prêmio Retido					Sinistro Retido				
		2007	2006				2007	2006	
Ano	Meses	Valor	Meses	Valor	Ano	Meses	Valor	Meses	Valor
-	-	-	-	-	2004	-	-	12	42.141
-	-	-	-	-	2005	12	50.279	12	50.279
2006	-	-	12	92.434	2006	12	55.503	12	55.503
2007	12	91.687	-	-	2007	12	55.576	-	-
Total	12	91.687	12	92.434	Total	36	161.358	36	147.923
Doze Meses		91.687		92.434	Média dos três anos		53.786		49.308
Base p/ margem 20%		18.338		18.487	Base p/ margem 33%		17.749		16.272

	2007	2006
Patrimônio líquido	53.697	46.534
(-) Despesas antecipadas	5	7
(-) Ativo diferido	15	89
Patrimônio líquido ajustado	53.677	46.438
Margem de solvência		
(A) 20% do prêmio retido (média dos últimos 12 meses)	18.338	18.487
(B) 33% do sinistro retido (média dos últimos 36 meses)	17.749	16.272
Patrimônio líquido ajustado	53.677	46.438
(-) Margem de solvência (valor de A ou B = o maior)	18.338	18.487
Suficiência	35.339	27.951

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, foram efetuadas transações com a Controladora em valores, prazos e condições usuais, podendo assim ser resumidas:

	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
	2007	2006	2007	2006
Aplicações financeiras e depósitos.....	12.827	13.043	-	-
Contas a pagar - gestão financeira	(599)	626	-	-
Receitas financeiras e de aluguel	-	-	1.763	3.406
Despesas com cooperação técnica	-	-	(3.736)	(3.843)
Despesa de Aluguel.....	-	-	(20)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	-	2.957	(2.187)	(2.979)
Tarifas com operações de cobrança/arrecadação	-	-	(208)	(219)
Cessão de pessoal pelo controlador	-	-	(247)	(705)
Despesas com processamento de dados.....	-	-	(885)	(1.134)

- b) As Demonstrações Contábeis da Banestes Seguros S.A. são consolidadas, conforme Lei nº 6.404, cuja sociedade de comando é o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banestes S.A. são publicadas no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, A Gazeta e Valor Econômico (SP) conforme deliberado em Assembléia Geral Ordinária de 28/04/2006.

18. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Companhia contabilizou como “Ajuste de Exercícios Anteriores”, o montante de R\$ 1.212 mil, referente a constituição inicial da PCP – Provisão Complementar de Prêmios, em atendimento à Carta-Circular SUSEP/GABIN/Nº 001/2008, a qual classificou a constituição inicial da PCP como “mudança de critério contábil”.

19. FATO RELEVANTE

- a) A partir de 1º de julho de 2007, a Banestes Seguros passou a comercializar exclusivamente produtos de seguros dos Grupos Automóvel e Pessoas, conforme deliberado pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2007 e referendado pelo acionista controlador por meio do Voto/Presi/Banestes Nº 067/2007, de 2 de maio de 2007.
- b) O acionista-controlador, por meio do Voto Presi/Banestes Nº 177/2007, de 10 de setembro de 2007, aprovou a recompra de ações em poder dos acionistas minoritários, com ágio de 50% sobre o valor patrimonial de cada ação. Por meio da correspondência PRESI/DIRAF Nº 99/2007, a Companhia manifestou, aos acionistas, seu interesse na recompra.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) **Alterações na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404, de 15/12/2006**

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404. Essas alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações contábeis e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. No caso das companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA também foi introduzida como publicação obrigatória. DFC e DVA são também mandatórias para todas as grandes empresas independentemente de sua forma societária, estando sujeitas à auditoria independente.
- Bens e direitos intangíveis foram segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- Foi criada a rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

- As despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional serão classificadas no Ativo Diferido.
- Os incentivos fiscais não serão mais classificados como reserva de capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. Por determinação dos órgãos da Administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro correspondente a estes incentivos para a formação da Reserva de Incentivos Fiscais, criada como parte das reservas de lucros e podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
- Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:
 - Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.
 - O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios e de taxas de depreciação, amortização e exaustão.
 - Os direitos classificados no intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
 - Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado.
 - Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.
- Na operação de Transformação, Incorporação, Fusão ou Cisão, entre partes independentes e em que ocorra a efetiva transferência de controle, a avaliação a valor de mercado dos ativos e passivos será obrigatoriamente a valor de mercado.
- As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.
- Eliminação da possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova lei deu opção às companhias para manterem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados, órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos dessas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

b) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL

A Medida Provisória (MP) nº 413, de 3 de janeiro de 2008, elevou à alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável. Uma vez aprovada, produzirá aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008 e também aumento nos créditos tributários ativados, proporcional à elevação da alíquota.

c) Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

Por meio dos Decretos nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, foi alterada a alíquota do imposto sobre operações de seguro - IOF. Visto se tratar de substituição tributária, a Companhia possui somente a responsabilidade de efetuar a retenção e o recolhimento do referido tributo.

Vitória, 31 de dezembro de 2007

José Carlos Lyrio Rocha
Diretor Presidente

Paulo Cezar Juffo
Diretor de Adm. e Finanças

Fernando Rodrigues Azevedo
Diretor de Operações

Margarete Alves de Oliveira Lira
Contadora - CRC - ES 012856/O-2

Severino Garcia Ramos
Atuário - Miba nº 357